



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

TRANSCRIÇÃO *IPSIS VERBIS*

CPI - PIRATARIA		
EVENTO: Reunião Ordinária	Nº: 0759/03	DATA: 11/06/03
INÍCIO: 15h07min	TÉRMINO: 16h22min	DURAÇÃO: 01h14min
TEMPO DE GRAVAÇÃO: 01h16min	PÁGINAS: 24	QUARTOS: 15
REVISÃO: Leine, Patrícia Maciel		
CONCATENAÇÃO: Yoko		

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

SUMÁRIO: Aprovação da agenda de trabalho da CPI. Eleição da Deputada Vanessa Grazziotin para o cargo de 2º Vice-Presidente da Comissão.

OBSERVAÇÕES

Há oradores não identificados.
Há expressão ininteligível.
Há intervenção ininteligível.
Há intervenção inaudível.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Companheiras e companheiros Deputados, nós precisamos eleger o 2º Vice-Presidente, que só se apresentou, e, conforme definido no acordo de Liderança, seria a Deputada Vanessa Grazziotin. De fato, o acordo era para que a Deputada Vanessa Grazziotin fosse 1ª Vice-Presidenta — justiça seja feita —, mas houve alguns problemas no dia, e a Deputada, então, ficou com a 2ª Vice-Presidência. É importante a presença da Deputada Vanessa, porque esta CPI se originou de uma audiência pública pedida por S.Exa. e conduzida por mim. Essa foi a origem da CPI. Então, vou fazer a chamada dos Deputados para votação. Do PT: Deputados Devanir Ribeiro, Guilherme Menezes, Wasny de Roure. Do PFL: Deputados Onyx Lorenzoni, Reginaldo Germano, Rodrigo Maia. Do PMDB: Deputados Edison Andrino, Leonardo Picciani, Olavo Calheiros. Do PSDB: Deputado Carlos Alberto Leréia...

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Do PSDB de Goiás. Não?

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - O Deputado mais rico de Goiás.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - E que continue sendo. Deputados Júlio Redecker, Julio Semeghini, Onyx Lorenzoni. Do PP: Deputado Júlio Lopes, Deputado Sandes Júnior. Cem por cento dos Deputados do PP estão aqui.

O SR. DEPUTADO SANDES JÚNIOR - Nós, sim, prestigiamos o PCdoB e a Comissão de Inquérito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Isso, vamos prestigiar. PTB: Deputados Alex Canziani, Deputado Ronaldo Vasconcellos. Pelo PL: Deputado Coronel Alves...

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Presente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Titulares do PL: Deputado Coronel Alves; Deputado Medeiros. O PL também está aqui, em 100%, votando na Deputada Vanessa.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Eu voto no PCdoB tanto aqui quanto na reforma da Previdência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Muito bem.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Viu, Deputada Vanessa, eu voto no PCdoB tanto aqui quanto na reforma da Previdência.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - PSB: Deputado Josias Quintal.

(Não identificado) - Vou dar como lido ali, mas é vapt-vupt.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Volte para cá, sua presença aqui é indispensável. PPS: Deputado Júlio Delgado. PDT: Deputado Dr. Rodolfo Pereira. PCdoB: Deputada Vanessa Grazziotin. PV: Sarney Filho. Suplentes: Deputado Eduardo Barbosa, Deputado José Rajão, Deputado Nicias Ribeiro.

(Não identificado) - Deputado Wasny de Roure.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Quem?

(Não identificado) - O Deputado Wasny de Roure.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Quem?

(Não identificado) - Lá na porta.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deputado Wasny de Roure. Votação. *(Pausa.)* Deputado Wasny de Roure. *(Pausa.)* Deputado Reginaldo Germano. *(Pausa.)* Senhores, companheiros Deputados e Deputadas, enquanto a votação se desenrola, vamos conversar entre nós. É melhor, não é verdade? Os Deputados vão chegando e votando, e nós vamos ganhando tempo. Se formos esperar até depois da votação, vamos esperar não sei quanto tempo. Acho que a presença dos Deputados aqui é muito importante, é preciosa. O Relator da Comissão eleito é o Deputado Leonardo Picciani; o 1º Vice-Presidente é o Deputado Júlio Lopes; a 2º Vice-Presidenta é a Deputada Vanessa Grazziotin. Então, podemos começar os nossos trabalhos. Esta Comissão tem grandes desafios perante si: investigar um ramo do crime organizado, a pirataria. Na Comissão do Trabalho me interessei muito por isso, porque a pirataria destrói empregos. Hoje, em Manaus, quase todas as fábricas de relógio fecharam. No Brasil não se fabrica mais agenda eletrônica, não se fabricam mais óculos e uma série de outras coisas. Pilha não se fabrica mais. Fábricas foram fechadas, empregos foram destruídos. A pirataria existe no remédio. Hoje se falsifica tudo o que se quiser no Brasil, e há certa permissividade nesse sentido. Os piratas não pagam imposto, ficando fácil para eles concorrer com os outros, estão juntos com o contrabando e têm atrás de si também o crime organizado. Aqui há várias pessoas que sabem disso até melhor do que eu: o Deputado Josias Quintal, que foi Secretário de Segurança, e o Deputado Coronel Alves, que também é policial militar e conhece o problema, sabe que atrás da



pirataria há bandidos organizados, os mesmos que fazem tráfico, os mesmos que vendem e compram armas por aí. Então, o Congresso Nacional tem de fazer a sua parte. O Relator já tem uma proposta para que a Comissão comece a funcionar. Passarei a palavra para o Relator, a fim de que S.Exa. explique sua proposta para darmos prosseguimento ao nosso trabalho. Tudo bem? Então, com a palavra o Deputado Leonardo Picciani.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Sr. Presidente, Deputado Medeiros, companheiros Deputados, primeiro quero dizer que o que preparamos não é uma proposta fechada, mas um indicativo, como nós acreditamos, um caminho inicial, proposto após termos conversado com o Presidente, após termos conversado com muitos dos membros desta Comissão. Entendemos que o início dos trabalhos deve buscar a coleta de dados, captar o máximo de informações possível. Para isso, preparamos uma agenda que irá de hoje até o dia 8 de julho, última reunião programada na proposta que fazemos. Em seguida, com os dados coletados, com mais informações, poderemos fazer um novo relatório preliminar, a proposta de um novo cronograma, aí, sim, já na parte específica da linha de investigação que deveremos optar por seguir. Se até lá for indicada a necessidade de criação de grupos de trabalho e sub-relatorias, poderemos também, no sub-relatório do próximo dia 8, apontar esse caminho. O relatório é muito curto, tem apenas uma página. Passarei a lê-lo rapidamente. Em seguida, farei a leitura da agenda preliminar que propomos. *“Para atingir os objetivos da CPI - Pirataria, cumpre delinear o caminho que propomos deva seguir o Colegiado na investigação dos eventos apontados no requerimento de sua criação. Como em toda investigação, iniciaremos mapeando os campos em que se desdobram os fatos; em seguida, procederemos à atividade propriamente inquisitiva e, por fim, daremos conseqüência ao que se tiver apurado na primeira e segunda fases, mediante atividades propositivas seja no âmbito legislativo, seja com indicações ao Executivo, seja, por último, ao Ministério Público ou à Advocacia-Geral da União, para que promovam responsabilidades civis ou penais, caso a isso levem as apurações. Na primeira fase, que chamamos de mapeamento do terreno, propomos que a CPI ausculte a sociedade, ouvindo, em primeiro lugar, representantes do Ministério Público, que, de longa data, vêm laborando no campo dos ilícitos que infringem as*



normas da propriedade intelectual, comercial e industrial. Tais ilícitos encontram-se sempre vinculados à fraude e à sonegação fiscal, que é a razão de direito público mais consistente para a investigação da CPI. Em seguida, ouviremos os setores que se declaram prejudicados pela pirataria, mediante audiência de entidades representativas desses setores, sejam referentes à propriedade intelectual, sejam à comercial e industrial". Esse segundo tema, que passarei a ler, diz respeito a um problema que temos notado, e é importante que esta CPI apure. É uma questão, que, no nosso entendimento, está muito próxima de ferir a soberania nacional: a biopirataria. Hoje existem denúncias e estudos que mostram que o Brasil perde não só a possibilidade de estudos, como muitas divisas em função da biopirataria promovida por empresas e cidadãos estrangeiros que vêm para o Brasil como turistas, sem o objetivo específico de trabalhar, ou como pesquisadores e acabam servindo ao propósito da biopirataria. Como é um campo que precisamos delimitar, saber exatamente o que é a biopirataria, este Relator sugere que, em audiência pública, escutemos a Sra. Ministra do Meio Ambiente, Senadora Marina Silva, que, além de ser a maior autoridade ambiental do Poder Executivo do País, tem um grande trabalho realizado na área da biopirataria, com apresentação de projetos de lei, alguns aprovados no Senado, outros em tramitação. Então, fazemos a sugestão para que S.Exa. venha à Comissão nos ajudar a dar início à investigação da biopirataria. O relatório segue da seguinte forma: *"Por fim, é necessário, ainda na fase de mapeamento de caminhos, dar espaço a um tema de grande importância, qual seja a biopirataria. Contamos, no primeiro escalão do Poder Executivo, com uma das maiores especialistas não só no conhecimento dos problemas do meio ambiente, como uma das pessoas mais preocupadas e informadas sobre a biopirataria, que tem por objeto a subtração ilegal de elementos da natureza. Trata-se, naturalmente, da Ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a quem pretendemos ter o privilégio de convidar para prestar informações e oferecer sugestões à CPI. Teremos, então, mapeado o terreno, verificando os tipos de infração, os setores afetados e as conseqüências econômicas, fiscais e sociais. A segunda fase dedicar-se-á propriamente às tarefas de inquirição. Nesse momento, faremos uma retrospectiva, daremos um balanço às informações acumuladas e orientaremos o rumo de nossas atividades futuras".* Essa é a proposta inicial que fazemos com a



seguinte agenda: no próximo dia 17 de junho, faremos uma audiência pública com os senhores membros do Ministério Público Estadual. O convite aos membros do Ministério Público surgiu de uma visita que fizemos a um grupo de promotores que criaram um grupo nacional que engloba os 27 Ministérios Públicos Estaduais, envolvidos com a Polícia Federal, com as Polícias Estaduais, com a Receita Federal, numa grande força-tarefa de combate à pirataria, com muitas experiências acumuladas, muitas investigações em andamento e muitas investigações já concluídas. Então, apresentaremos o calendário. No dia 17, audiência com membros do Ministério Público Estadual: Dr. José Carlos Guilhen Blat e Dr. Rodrigo Canellas, do Ministério Público do Estado de São Paulo. No mesmo dia, com a Dra. Ana Lara Camargo Castro, do Ministério Público do Mato Grosso do Sul, que recentemente fez grandes apreensões de materiais pirateados. Também com o Dr. João Bosco de Sá Valente, do Ministério Público do Amazonas. No dia 24 de junho, na reunião seguinte da CPI, continuaremos a audiência com membros do Ministério Público. Ouviremos a Dra. Lilian Moreira Pinho, do Ministério Público do Rio de Janeiro, que há 6 anos vem-se dedicando a investigar a pirataria, trabalhando junto com a Delegacia de Defraudações do Estado do Rio de Janeiro no combate ao crime de pirataria e falsificação. No mesmo dia 24, ouviremos o Dr. Denilton Feitosa Pacheco, do Ministério Público de Minas Gerais, coordenador nacional do grupo de promotores públicos dos Estados, o Dr. Charles Hamilton Lima, do Ministério Público de Pernambuco, e o Dr. Ramatis Favero, do Ministério Público do Paraná. Cumpre lembrar que a decisão de convocar os promotores dos Estados do Mato Grosso do Sul e do Paraná deve-se também ao fato de esses Estados terem fronteiras secas com o Paraguai, apontado como grande fornecedor de materiais pirateados. No dia 26 — terceira reunião desta CPI —, faremos audiências com representantes de associações que se declaram prejudicadas pela falsificação de marcas. Sugerimos a convocação do Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial, que, segundo delegação de vários setores, os representará, bem como a indústria de combustível, a indústria tabagística e a indústria de bebidas. Também sugerimos para esse mesmo dia convocação da ABRAVEST, Associação Brasileira de Vestuário — de fabricantes de roupas —, e a Fundação ABRINQ, que cuida da falsificação de brinquedos, materiais de entretenimento. No dia 1º de julho, quarta reunião desta Comissão,



teremos audiência com entidades que se declaram prejudicadas pela pirataria de propriedade intelectual, para a qual sugerimos sejam ouvidas a ADEPI, Associação de Defesa de Propriedade Intelectual; a APDIF, Associação Protetora de Direitos Intelectuais e Fonográficos; a Associação Brasileira de Produtores de Discos e a Associação Brasileira de Empresas de *Software*. No dia 3 — quinta reunião da CPI, a partir deste cronograma — seria a audiência em que estaria presente na CPI a Exma. Sra. Ministra Marina Silva, a fim de tratar do tema da biopirataria. No dia 8, apresentaríamos um relatório preliminar com a participação de todos os senhores membros da CPI, para que definíssemos o roteiro da segunda fase, da fase de inquirição da Comissão. Essa é a agenda preliminar que colocamos à apreciação, na certeza de ter ajuda, nas sugestões e na aprovação, dos senhores companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Deixa eu dar só uma explicação. Ele dividiu aqui em duas partes. A primeira chama o Ministério Público, que está atuando bem. O Ministério Público de São Paulo, o Dr. Blat, que investiga também pirataria, crime organizado. Convidar também o Ministério Público do Rio de Janeiro, onde parece que tem uma promotora bastante conhecida, íntegra nessa questão. No Amazonas, trabalho. De Pernambuco. Os diversos Ministérios Públicos que estão nessa força-tarefa de combate à pirataria: dois dias. E, em seguida, convidar a sociedade pirateada, ou seja, as entidades que têm denúncias contra pirataria, que são basicamente, Vanessa, as entidades que participaram da nossa audiência pública. E a Marina Silva, por causa do negócio da biopirataria. Mas essa é uma coisa da biopirataria, já foi muito investigada pelo Congresso, é uma coisa de passagem. Dia 8, ele apresenta um relatório preliminar, e aí nós vamos decidir a segunda etapa. O que é a segunda etapa? A segunda etapa é chamar o pirata aqui, os que falsificam produtos, os donos de marcas pirateadas, chamar a bandidagem aqui.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Possíveis indiciados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Possíveis indiciados. E chamar também as autoridades policiais que dão mau exemplo. Onde está a corrupção policial? Há muita denúncia de corrupção policial nessa época. Então, eu avancei



um pouco aqui, mas eu acho que é importante a Comissão entender isso e abrir uma discussão sobre isso.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Sr. Presidente, V.Exa. me permite?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Pois não.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Nós dividimos também, o tema da pirataria é muito amplo. Nós buscamos dividir em 3 temas. Primeiro, os crimes de pirataria contra marcas, contra produtos — basicamente contra marcas. Envolve a questão do combustível, a questão da indústria de fumo, a questão da indústria de bebida, a questão de vestuário, principalmente. A questão de brinquedos também é muito grave. A segunda parte é a questão da propriedade intelectual, que aí atinge a indústria do cinema, a indústria de áudio visual, indústria da música, indústria de *software*; são crimes contra a propriedade intelectual. E a terceira a questão é a da biopirataria.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - A palavra está inicialmente com o Deputado Josias Quintal. Depois você, depois você e você.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Boa tarde a todos. Eu queria, inicialmente, manifestar o meu voto de confiança na direção desta Comissão. Conheço vocês pela forma combativa com que vocês têm se destacado em todos os momentos da vida pública e devo dizer que temos, a partir de agora, uma responsabilidade enorme perante o Brasil. Na medida em que estivermos muito próximos no acompanhamento dessa modalidade criminosa, vejo que o Estado brasileiro se vê diante até de um risco, de uma desorganização, na medida em que essa atividade criminosa que atinge as mais variadas áreas, ela cresce assustadoramente. É impossível até quantificar, imaginar o tamanho da fraude, o tamanho do prejuízo que essa atividade causa ao País. Então, portanto, vejo a instalação desta Comissão na maior oportunidade possível, na melhor oportunidade possível, porque vejo o Estado brasileiro perigando diante, como disse, do crescimento dessa atividade. Acho que temos uma oportunidade ímpar de dar a nossa colaboração, de sacudir este Brasil, de acordar este Brasil por conta dessa atividade, do controle, do combate a essa atividade. Então, eu quero desejar à Comissão, a todos vocês, todo o sucesso, e dizer aqui que vamos nos empenhar



profundamente para apresentar o melhor trabalho possível e creio que isso ocorre, como disse, no momento bastante interessante, bastante oportuno e, com certeza absoluta, os resultados virão a partir do trabalho que vamos realizar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Josias Quintal. E eu só gostaria de dizer uma palavrinha também, que eu não posso me esquecer de dizer essa palavrinha. Esta é uma Comissão importante, que vai investigar o crime organizado, desemprego, bandidagem, tudo que não presta está aí pela frente para a gente enfrentar. Então, é uma atividade muito perigosa. E eu queria o seguinte: tudo o que nós fizermos aqui vai ter absoluta transparência, e eu recomendaria que as pessoas cobrassem também transparência. A nossa Comissão não pode decepcionar. Estou falando aqui, o Presidente da Câmara falou para os 4 Presidentes, que nós não podemos terminar como muitas Comissões aqui, como a CPI das obras inorganizadas, que terminou sendo investigada. A CPI do Bingo — a Vanessa lembra disso —, ela terminou sendo também investigada. Deus nos livre disso. Por isso, peço aos Deputados que cobrem absoluta transparência, porque eu vou cobrar absoluta transparência. O Brasil está olhando para nós, e a nossa Comissão tem de representar essa esperança. Deputado Leréia.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA - Sr. Presidente, eu quero cumprimentá-lo por essa preocupação. Eu, anteriormente, não era Deputado Federal, fui Deputado Estadual por 3 vezes. E, acompanhando através da imprensa brasileira, isso é algo que preocupa realmente. Várias CPIs aqui, depois passaram a ter desconfiança dos membros das CPIS. E onde envolve questão financeira, sempre estamos sujeitos a isso. Por isso é importante que todos os assuntos a serem tratados com pessoas que estarão sendo aqui convocadas ou convidadas sejam tratados publicamente, até para que amanhã não pare nenhuma suspeita em relação aos membros desta CPI, porque vão mexer com gente ligada ao crime organizado e essas pessoas podem montar isso para desmoralizar o trabalho. Isso também é sujeito. Então, quero cumprimentá-lo. Depois, apenas fazer uma sugestão, se entendi o que o Relator disse, a respeito do Ministério Público. Vão ser em duas sessões. É isso? Em duas. Vão dividir em duas sessões, porque os assuntos são os mesmos para tratar com o Ministério Público. Acho que não precisa mais do que isso. São 2 grupos separados, não é?



O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Serão 2 dias. Não estou dizendo que todos esses promotores que virão, virão em 2 dias, por uma questão de tempo, mas fazem parte do mesmo grupo nacional.

O SR. DEPUTADO CARLOS ALBERTO LERÉIA – Eu queria sugerir à Presidência que convidasse o Senador do PFL de Goiás, Dr. Demostenes Torres, que era Procurador de Justiça até o ano passado em Goiás, e hoje Senador, tomou posse no início da legislatura, foi o mais votado do Estado, e fez um trabalho em relação a isso, tem uma experiência e depois foi Secretário de Segurança Pública. Que o convidasse, porque eu tenho certeza de que ele viria aqui inclusive para colaborar com esse trabalho. Tem muita experiência o Senador, foi Secretário de Segurança Pública e é Promotor de Justiça. Eu queria apenas sugerir aí a V.Exas. que o convidasse em nome da CPI. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Leréia. Deputada Vanessa Grazziotin.

A SRA. DEPUTADA VANESSA GRAZZIOTIN - Sr. Presidente, eu gostaria de, primeiro, dizer que estou de acordo com o roteiro que nos foi apresentado. Eu espero que possamos cumpri-lo efetivamente e que já, a partir do dia 8 de julho, ou seja, menos de um mês da data que estamos hoje, que a gente possa ter algo inicial para iniciar, ouvindo as pessoas que possivelmente deverão ser ouvidas após um processo de investigação. Eu trouxe aqui, Sr. Presidente, algumas sugestões através de requerimento. Eu sei que, regimentalmente, nós temos de apresentar com antecedência para que ele conste da pauta e para que a gente possa votar. Entretanto, alguns deles eu acho que se fosse possível votarmos hoje ainda, pedindo já a colaboração dos colegas, se pudessem assinar o pedido de urgência para já analisarmos, eu quero passar a expô-los a partir de agora. Em relação ao Ministério Público, eu entendi qual foi a lógica e por que convidar representantes do Ministério Público de Estado A ou B. Na realidade, porque são membros que compõem uma comissão nacional que se formou. Entretanto, Sr. Presidente, eu acho que seria interessante ouvir dos representantes dos Ministérios Públicos que não compõem esta Comissão como é mesmo que está a situação em cada um dos seus Estados. Então, num dos requerimentos eu sugiro que sejam ouvidos também representantes dos Ministérios Públicos do Distrito Federal, porque nós estamos no



Distrito Federal — aqui tem um problema sério — e da Bahia, como forma de não contemplarmos apenas a Comissão, até porque eu acho que todos que compõem uma Comissão têm mais ou menos uma coisa muito semelhante a dizer. O outro requerimento, Sr. Presidente, é pra que a gente convide — o Relator me sugeriu a Ministra Marina Silva — pra tratar de biopirataria. E eu quero aplaudir a Presidência e a Relatoria, porque aqui nós tratamos de pirataria, pirataria de forma genérica. A biopirataria é uma forma de pirataria também, não é? Então, eu acho que a vinda da Ministra aqui será fundamental pra todos nós. E sugeri que a gente tenha como um início para as investigações da biopirataria o relatório que foi aprovado no final da legislatura passada, um relatório muito bom, apesar de obviamente incompleto, pelo curto espaço de tempo que nós tivemos. Mas, levando-se em consideração o curto espaço de tempo, eu acho que é um relatório que pode nos orientar muito nesse início de trabalho aqui. Mas eu, Sr. Presidente, quero sugerir também que já seja feito um convite ao Ministro da Justiça. Nós até tínhamos uma audiência marcada com ele. Não fomos por conta do início do trabalho dessa CPI. O outro que acho que nós temos que ouvir também nesse primeiro momento é o Diretor-Geral da Polícia Federal e o Secretário da Receita Federal, o Secretário da Receita Federal. Ou seja, é obvio, podemos aprovar e agendamos conforme os problemas aparecem. E, por fim, Sr. Presidente, eu tenho aqui 3 requerimentos de informações. Esses, em particular, eu penso que nós, se possível, deveríamos aprová-los hoje. Porque CPI é algo assim inusitado e interessante. Nós temos todo o poder e, ao mesmo tempo, poder nenhum. Quando se quebra sigilo bancário, se pede informações, as CPIs concluem e as informações não chegam. Então, o que nós pudermos, a partir de agora, solicitar formalmente de informações, penso que seria o ideal. Acho que, na próxima semana, todos aqui teremos mais tempo pra pensar e trazer mais pedidos de informações. Mas um dos pedidos que eu apresento deverá ser dirigido ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, solicitando informações referentes a empresas importadoras e quantidades importadas de CDs virgens nos últimos 5 anos, empresas que importaram por ano acima de 50.000 unidades de CD virgem. Esse é um problema que nós já vimos nas audiências anteriores. Seria uma informação. A outra é pedir do Ministério Público Federal de alguns Estados que estão elencados aqui no requerimento cópia das investigações



dos procedimentos lá sobre pirataria e biopirataria. E, por fim, Sr. Presidente, pedir cópia também da Polícia Federal — e aí mais alguns Estados apenas, porque, pedir de todos, seriam muitos — sobre os inquéritos, concluídos ou não, inquéritos que versem sobre essa matéria. Acho que esse seria um bom caminho pra gente chegar a pessoas, pra gente chegar a nomes. Seriam essas as sugestões, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Muito bem, Vanessa. O nosso Relator vai ainda analisar, mas vamos decidir isso aqui. Eu acho que, em princípio, não há nenhuma contradição com a proposta do Relator. Só diria mais uma coisa. A partir do dia 8... Então, dia 8, a gente houve todo o mundo. E, a partir do dia 8, são as investigações, a outra parte da... Nós vamos criar Subcomissões, não é? A idéia é, a partir do dia 8... Então, a biopirataria pode ter uma Subcomissão. Vários tipos de crimes podem ter Subcomissões também. Agora, o Deputado Reginaldo Germano.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Sr. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, em primeiro lugar, eu quero manifestar aqui a minha alegria de estar dentro de mais uma Comissão Parlamentar de Inquérito. Aquela famosa CPI do Narcotráfico, ela começou assim. No início, não tinha luzes, não tinha câmeras... O trabalho foi feito em cima de informações. Eu quero suggestionar algumas coisas, alguns pontos, porque, quando nós fazemos uma CPI dessa natureza e nós não aplicamos nessa CPI o espírito policial, nós corremos o risco de dar em *pizza*, como aconteceu nas outras CPIs, que eram puramente CPIs técnicas e que não tinham o espírito investigatório, ou seja, de investigação. As CPIs que aqui foram citadas, que acabaram em *pizza*, que deram escândalo, ela seguiu um caminho totalmente técnico. Ela simplesmente não... ou desconheceu que um trabalho de investigação tem que ter um cunho policial muito grande. Nós temos aqui o coronel Josias Quintal. Temos um outro coronel também na Comissão. A agenda apresentada pelo Relator — é, minha maneira de me manifestar e de ver —, para o trabalho da CPI, ela engessa um pouco, porque essa questão aqui de audiências públicas... Nós não podemos esperar... Por exemplo, se na primeira audiência pública acontece uma informação, nós não podemos esperar as outras audiências públicas, para que, depois do dia 8 de julho, nós possamos passar pra uma parte investigatória. Acredito eu que, num trabalho de CPI, a coisa acontece de



acordo com o que acontece na reunião. Por exemplo, há uma audiência pública e, nessa audiência pública, surgem informações. Então, na outra reunião, nós vamos ter que atropelar a agenda que está preparada. Ou, então, nós vamos perder o sentido da informação que possa ter sido prestada nessa primeira ou na segunda reunião. Eu creio que a gente pode ter uma programação, mas não uma agenda aprovada, porque, se nós aprovarmos uma agenda, automaticamente nós vamos ter que cumprir a agenda. E se nós tivermos uma programação, nós podemos alterar a programação, nós vamos poder alterar a programação. Digamos que, na primeira audiência, aconteça de uma informação que é preciso mudar o curso da próxima reunião. Então, se tivermos apenas uma programação, nós não vamos ter nenhuma dificuldade pra isso. Outra, Sr. Presidente, que eu quero trazer é o seguinte: Foz do Iguaçu deveria ser escolhida como a base nossa de investigação. Foz do Iguaçu. Eu estava na CPI do Narcotráfico. A questão não era pirataria. A questão era Fernandinho Beira-Mar, quando ele estava pro lado de Capitão Bado, lá pra aqueles lados do Paraguai. E o que aconteceu? Numa sessão reservada... Nós fazemos sessão secreta e sessão reservada. Porque tinha pessoas que poderiam dar informações abertamente. Tinha outras que não tinham segurança. E nós também não tínhamos como oferecer segurança para que essas pessoas pudessem nos informar abertamente, publicamente. Então, tinha que ter a sessão reservada e a sessão secreta. Numa dessas sessões... Eu quero deixar isso pra que, a partir daí, tenha um veio de investigação. Numa dessas sessões, uma pessoa... Ela não foi identificada. Então, o que ela disse só valia pra gente ali naquele momento, não valeria juridicamente depois. Uma pessoa, ela nos trouxe uma informação muito grande e que esse ano, ou final desse ano passado, a Rede Globo de Televisão, fazendo uma reportagem, no Paraguai, ela casou os fatos com a informação que a pessoa nos passou há dois anos atrás. O quê? Al Qaeda era grande investidora no mercado de pirataria. Por onde? Qual o veio? Por onde que vinha isso? Paraguai. Quer dizer, o árabe envolvido com a Al Qaeda, com aquela questão do Oriente Médio, não tendo onde investir dinheiro, investia dinheiro no Brasil, via Paraguai. Isso foi uma informação que foi passada numa sessão secreta da CPI do Narcotráfico. Como nós não estávamos verificando, investigando isso — o nosso caso era outro, era Fernandinho Beira-Mar — então nós fomos por outro lado.



Então, eu sugestiono, a minha sugestão é que nós possamos, já de informação da Polícia Federal, que tem essa informação — foi feita essa investigação, a Polícia Federal tem essa informação — e que, de Foz do Iguaçu, nós possamos montar a primeira... o primeiro... O pontapé inicial vai ser na pirataria de música. Começar pela música, e vamos para a informática. Nós vamos pra informática e a ação desses árabes aí. Eu tenho quase que convicção. Eu não vi os papéis. Nessa época, foi só informação. Mas a Polícia Federal tem. A Rede Globo de Televisão fez uma grande reportagem. Na época da reportagem da *Globo*, inclusive, supostamente até o grande chefe da Al Qaeda, Osama Bin Laden, teria estado no Paraguai. Isso foi reportagem da Rede Globo. Foi uma reportagem. Mas 2 anos antes, quase 3 anos atrás, uma pessoa já nos informava isso, já falava isso. Ela falava, com convicção, que os árabes da Al Qaeda estavam investindo na pirataria no Brasil via Paraguai. Então, eu gostaria de deixar essa sugestão e, se possível, se a agenda do Relator pudesse ser apenas uma programação, para que pudéssemos mudá-la a cada reunião. Se numa reunião acontecer um fato novo, então mudamos a agenda e vamos investigar o fato novo que surgir, para não vir a perdê-lo. Essa é a minha participação. Eu gostaria de externar aqui a minha alegria de estar junto. Tenho certeza de que vamos partir para elucidar casos e vamos chegar ao final de todos os casos que nós vamos investigar. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Reginaldo, pela sua experiência. Agora o Deputado Wasny de Roure, do PT. O nome de V.Exa. é assim mesmo, não é?

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Isso mesmo, Sr. Presidente, nome francês com libanês. Sr. Presidente, inicialmente eu gostaria de agradecer o privilégio de estar aqui com os demais colegas Parlamentares tentando me debruçar em cima de um assunto que, confesso, não tenho domínio algum. Pretendo, em primeiro lugar, aprender com quem tem domínio e, segundo, contribuir com o pouco que posso ajudar. Segundo lugar, Sr. Presidente, eu creio que é muito importante termos uma clareza do horário de agenda do funcionamento desta Comissão. Eu não sei se já foi estabelecido quartas-feiras, às 14h30min, porque, nesse momento, eu tenho outra Comissão que funciona exatamente nesse mesmo horário. Enfim, não quero ser problema, quero ser solução. Em terceiro lugar, quero agora entrar na



matéria afim e cumprimentar a escolha dos Vice-Presidentes, do Relator da matéria e de V.Exa., na qualidade de Presidente. Mas eu gostaria de me aprofundar nesse detalhe, há pouco levantado pelo Deputado Reginaldo, porque acho que, mais do que convocar representantes da Polícia Federal ou até mesmo do Ministério Público, irmos em pequenas comissões ou grupos de diligências onde se concentra esse tipo de problema, onde se concentra a pirataria. Todos sabem que Foz do Iguaçu, Rio, São Paulo, que são centros do consumo, são locais principalmente onde poderemos abordar tanto a Receita Federal como a Polícia Federal para nivelarmos a informação. Por último, gostaria de propor, Sr. Presidente, se esta Comissão poderia fazer um primeiro *briefing* dos próprios membros da Comissão para nivelar a informação, porque talvez alguns não tiveram o privilégio de colocar e não terão condições de colocar no microfone e, como se diz na gíria, a conversa de pé-de-orelha pode ajudar enormemente esse nivelamento, porque o que sai pelo microfone o nível de responsabilidade é muito maior do que o que se coloca verbalmente para averiguação, porque são muitas vezes informações precárias, são apenas coisas muito genéricas, mas que podem se somar a outras e, conseqüentemente, depurar para termos uma avaliação de que rumo seguir. Caso contrário, eu sinto que vamos ter muita coisa para fazer, e acabaremos não apurando aquilo de concreto, a despeito do esforço do Relator e da Comissão em si. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - A idéia é trabalharmos sempre às terças e quintas-feiras. Terças, às 14h30min, e quinta-feira, às 10h, porque quarta-feira é um dia que...

O SR. DEPUTADO WASNY DE ROURE - Quinta, se tiver outro horário, para mim é melhor, porque de manhã, na Comissão... (*Ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Olha, quarta-feira é impossível. (*Intervenção ininteligível.*)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Quarta-feira não tem mais ninguém.

O SR. DEPUTADO REGINALDO GERMANO - Sr. Presidente, por força da outra experiência, nós trabalhávamos segunda, trabalhávamos sexta. Nós aproveitávamos o momento em que a Casa não ocupava os Parlamentares e ficávamos aqui às vezes quinta-feira e às vezes até sexta-feira...



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Nós podemos trabalhar até domingo, não tem problema. Nós podemos trabalhar até domingo, mas estamos marcando terça e quinta como uma referência, um plano mínimo para as reuniões ordinárias. Se um Deputado ou outro não vierem, mas realmente são os melhores horários que nós conseguimos. Quinta-feira à tarde não é um bom horário. O pessoal tem viajado. Então, vamos aproveitar quinta-feira de manhã e terça-feira, sim, à tarde, mas havendo necessidade, Reginaldo, nós vamos trabalhar até domingo, está bom? Agora o Deputado Coronel Alves, por favor.

O SR. DEPUTADO CORONEL ALVES - Sr. Presidente, Srs. Parlamentares, meus cumprimentos a todos. A importância que nós estamos tratando deste assunto aqui é igual a de outros assuntos que esta Casa trata, especificamente a questão desta nossa CPI que visa investigar fatos relacionados à pirataria de produtos industrializados e sonegação fiscal. Eu não tive oportunidade, como o Deputado Germano, de participar de outra CPI, mas fico pensando aqui que, quando nos debruçarmos sobre a coleta de dados, esses dados vierem a ser processados, transformarem-se em relatórios, informações, os informes, nós vamos abrir um leque muito grande. Aí vem a minha preocupação: biopirataria, pirataria "A", pirataria "B", porque nós vamos acabar tendo muitas frentes, digamos assim, de combate de trabalho e não teremos o nosso ponto cerne, que deu início a esta Comissão, de investigar os fatos relacionados à pirataria de produtos industrializados e sonegação fiscal. Sobre sonegação fiscal, reputo a forma ímpar que o nosso Relator procedeu à leitura da sua agenda de trabalho inicial na convocação de membros do Ministério Público de vários Estados, mas quero aqui também reforçar o meu entendimento, junto com a Deputada Vanessa, que é muito importante, também com o Deputado Wasny de Roure, que é muito importante para o nosso trabalho a presença do pessoal da Receita Federal, sem os quais não teremos os dados que gostaremos de ter. Ou seja, os superintendentes das áreas dos devidos Estados ou o Secretário. O Secretário é muito ocupado, deve ter uma agenda realmente pesada, cheia — acreditamos que tenha e é para isso que ele está lá —, mas o Superintendente poderia vir colaborar conosco e daí existir até grupos de trabalhos voltados somente para essa questão. E finalizo dizendo o seguinte: a audiência pública também é muito importante. Trazer a nossa sociedade, a imprensa, para que possamos



discutir e eles ouvirem o que estamos fazendo, o que nós estamos debatendo e o que pretendemos, mas também reputo de grande importância porque, no meu entendimento, ninguém que conheça um dado que possa lhe causar algum tipo de risco vai dizê-lo em audiência pública. Temos que ter um pedacinho dos nossos trabalhos nas audiências reservadas, e aí trazer as pessoas que já estão trabalhando com isso, seja o Ministério Público, a Receita Federal, e eles então... Tivemos aqui — já foi dita essa expressão e vou repeti-la — uma conversa de pé de orelha, porque só a audiência pública, Sr. Relator, ela fica... As pessoas vão vir aqui, dizer qual é o trabalho do órgão, o que foi feito, o que foi realizado, mas efetivamente eles não vão dizer nada. Portanto, fica aqui uma pequena contribuição nossa, para que pensemos também nas audiências reservadas. Sr. Presidente, desejo sucesso à frente dos trabalhos, e conte com o nosso apoio para lhe ajudar, juntamente com os membros que integram a Mesa desta CPI. Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Coronel Alves. Passo a palavra agora ao Deputado Júlio Lopes.

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - Exmo. Sr. Presidente, Sr. Relator, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, é uma honra enorme para mim estar neste momento aqui em função de, neste momento em que um dos graves problemas brasileiros é o crime organizado, certamente é um convite, uma porta de passagem enorme a legislação que apena o crime de pirataria. O crime de pirataria, sendo considerado um crime de menor poder ofensivo, passível de julgamento pelos juizados federais especiais, tem convidado enorme quantidade da nossa criminalidade organizada a migrar de outras atividades criminosas para esta atividade, em função da sua rentabilidade e do seu tipo de apenamento. O Poder Executivo certamente já está sensível a isso e deverá inclusive vir com uma proposta, e nós temos que nos preparar para fazer uma ação propositiva a tempo de interagir ainda com o Poder Executivo, para fazermos essa ação *pari passu*. Mas o que gostaria de colocar para os senhores aqui é que eu acho que existem algumas questões que nós podemos e devemos abordar numa visão mais propositiva da CPI, não tão investigativa. Mas uma das questões que eu coloco aqui é a questão da pirataria na área da comunicação; a pirataria, por exemplo, da rádio e da televisão. Eu conheço, e certamente os senhores também, inúmeras atividades de rádio e de televisão



piratas, pelo menos lá no nosso Estado, que atentam contra a segurança pública e, quando não o fazem, estão sem a devida legislação. Eu, como membro da Comissão de Ciência e Tecnologia, outro dia vi o Ministro dizer que hoje já existem no Brasil mais do que 2,5 vezes o número de rádios funcionando sem qualquer tipo de licença do que as rádios legalmente constituídas. Isso é grave para o País, e eu acho que nós aqui dessa Comissão podemos fazer um grupo de estudo para fazer uma visão propositiva dessa questão que realmente atenta contra a segurança pública. Outra questão que eu acho importante e que eu já sugeri ao nosso Presidente aqui é que nós precisamos dar à opinião pública e aos nossos colegas Parlamentares visibilidade, tangibilidade, materialidade do que é o crime de pirataria. Por isso, eu sugeri ao nosso Presidente que fizesse como fez a nossa ilustre Vice-Presidente, Deputada Vanessa Grazziotin, quando trouxe aqui a exibição da Amazônia, porque o Amazonas ali colocado deu visibilidade e deu materialidade à questão que ela estava querendo colocar para chamar a atenção para aquela terra. Acho que, aqui, se nós fizermos uma exposição trazendo as formas e os tipos de pirataria que existem, vamos dar materialidade, vamos dar visibilidade não só aos nossos colegas Parlamentares, mas a toda a sociedade, dos inúmeros tipos de crime de pirataria que são praticados no Brasil hoje. E queria sugerir ao Relator que incluísse também nos convites o Presidente da ABIT, que hoje sofre muito com a questão da pirataria porque os tecidos são pirateados já na sua confecção, eles já saem pirateados na origem. Quer dizer, não é só na ABRAVEST.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - O que é ABIT?

O SR. DEPUTADO JÚLIO LOPES - A ABIT é a Associação Brasileira das Indústrias de Tecido, porque o tecido já é falsificado, não é só a roupa, como instrumento acabado final. Você já sai pirateado na origem. Então, eu acho que essa manifestação deles é muito importante. E sugeriria também que nós fizéssemos um ofício ao Ministério da Ciência e Tecnologia solicitando informações que já haja sobre o crime de pirataria na área do *software*. Certamente, o Ministério já deve vir acompanhando isso há algum tempo e poderá nos subsidiar com informações importantes, assim como a Comissão também, mas eu acho que, com precedência, o Ministério da Ciência e Tecnologia. Era essa a minha colaboração, Sr. Presidente, tendo certeza de que nós aqui faremos um grande trabalho a partir da sua liderança.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Júlio Lopes. Passo a palavra agora ao Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO ONYX LORENZONI - Sr. Presidente, queria cumprimentar V.Exa., os Vice-Presidentes eleitos e o nobre Relator. Eu queria trazer a seguinte contribuição: no meu Estado do Rio Grande do Sul, a Federação da Indústria Gaúcha realizou, no ano que passou, uma intensa campanha de combate à pirataria, uma campanha pública. Houve o levantamento de uma série de setores da indústria gaúcha que passavam a enfrentar essa dificuldade, houve uma grande mobilização da área industrial. Então, eu queria propor que se ouvisse aqui o Presidente da Federação das Indústrias do Rio Grande do Sul, até porque há um extenso levantamento daquilo que afeta a indústria do meu Estado. Por outro lado, eu queria também chamar atenção para um dado que tive conhecimento há uma semana, de que, 10 anos atrás, a indústria de fumo do Brasil tinha 7% do mercado sendo pirateado; hoje ele é quase 32%, é 31 vírgula alguma coisa. Inclusive, o número que mais me impressionou é que a perda fiscal significaria o financiamento de quase 100% do Programa Fome Zero, pelo cálculo do Sindicato Nacional da Indústria do Fumo. Então, eu acho que valeria a pena também se ouvir esse segmento. Eu queria também propor que, quando houvesse essas audiências regionais, eu acho que valeria a pena insistir nesse processo... Participei de outras CPIs, e nós enfrentamos lá... Quando Deputado Estadual, nós levamos às regiões, e permitia, nas audiências reservadas, que nós tivéssemos informações altamente privilegiadas e que nos deram resultado bastante eficaz no trabalho das Comissões de que eu participei lá no meu Estado. Então, acho que uma audiência pública em São Paulo, em Foz do Iguaçu, no Amazonas, no Rio Grande do Sul, onde indicasse, seria interessante, porque cria-se um momento da audiência reservada, se recebe não só o Ministério Público, a Polícia Federal, a Polícia Civil, a Polícia Militar, mas também se recebe a denúncia daquele que, em outra circunstância, não tomaria um avião para vir a Brasília. Ele não tem nada para fazer em Brasília e, se ele vier a Brasília, levanta suspeita. Se a gente está lá, facilita o contato e facilita a informação. Então, eu acho que isso é algo importante. Por fim, juntando também o que falou o Deputado Júlio Lopes, eu acho que se poderia pensar na ABIA também. Eu tive uma participação bastante grande na área de alimentos, até por força da



minha origem profissional, e vários são os produtos da indústria brasileira que, pela sua alta rotatividade, são vítimas da pirataria porque significa um ganho seguro. Há vários produtos que puxam o mercado de produtos alimentícios no Brasil e que vêm sendo pirateados no Brasil há muitos e muitos anos. Eu acho que a ABIA pode trazer uma contribuição importante. No mais, desejando muito sucesso à direção dessa CPI e dizendo que a bancada do PFL, que está representada nesta CPI, também vai dar o melhor do seu esforço para que a gente tenha muito sucesso e tenha o resultado que a sociedade espera.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Presidente, não querendo...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Onyx Lorenzoni.

O SR. DEPUTADO JOSIAS QUINTAL - Não querendo atropelar o próximo inscrito, eu queria só relatar um dado decorrente de um seminário que foi feito no Rio de Janeiro, na Federação do Comércio, neste ano, em que foram apresentados alguns dados, alguns números. No tocante a cigarro, para se ter uma idéia, 24% do cigarro no Rio de Janeiro, no Estado, é pirateado; 26% no Estado de São Paulo; 70% no Estado do Pará, cigarros pirateados. E um dos maiores contrabandistas do mundo de cigarro é um ex-candidato à Presidência da República do Paraguai. Existe inclusive um material farto nesse seminário que mostra inclusive a atividade criminosa dessa organização comandada por essa pessoa, que chegou a ser um candidato à Presidência do Paraguai. Então, apenas para passar algumas informações para a avaliação dos senhores.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Josias Quintal. O último inscrito é o Deputado Marcos Abramo. Não, perdão, há mais o Deputado Oliveira Filho, desculpe.

O SR. DEPUTADO MARCOS ABRAMO - Por favor, sua vez.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - O Deputado Oliveira Filho estava inscrito antes, justiça seja feita.

O SR. DEPUTADO MARCOS ABRAMO - Não, por favor.

O SR. DEPUTADO OLIVEIRA FILHO - Agradeço a deferência. Na realidade, peço a palavra para também dar a minha contribuição e parabenizar V.Exa. Eu, como suplente desta CPI pelo nosso Partido Liberal e V.Exa. na Presidência desta



CPI, tenho certeza de que muito vai dignificar o nosso partido. Nós temos a oportunidade, como vários Deputados já falaram, de trazer e tocar num dos grandes males de nossa sociedade, porque hoje se falsifica tudo. Eu só não ouvi falar em falsificação de arma ainda, mas é capaz de haver falsificação de arma. Talvez, falsificação de cocaína não tenha também, mas, fora isso, se falsifica tudo, se pirateia tudo neste País. Eu vejo também, Sr. Presidente, que nós precisamos envolver a sociedade. Eu até sugeriria que nós abrissemos uma linha, numa campanha até institucional, que desse a oportunidade de a população, a sociedade, fazer as denúncias, ter um local onde as pessoas pudessem fazer denúncias, contar, de fato... Um produto sair do meu Estado, o Paraná... E olha que passar lá em Foz do Iguaçu, atravessar fronteira e ir parar lá no Pará... É um trecho por demais grande, tem muita gente envolvida. E é aí que nós precisamos chegar, não é nos piabinhas, não; nós temos que chegar, Coronel, nos gaudões, nos tubarões, porque tem gente forte, tem gente grande, em todo esse trajeto, contribuindo para que esta prática ilegal, essa criminalidade, que é um acinte contra o cidadão brasileiro, que paga os seus impostos, é um acinte contra a indústria legítima, que também paga os seus impostos, que contribui socialmente, é um acinte a todos nós. Então, eu vejo que esta CPI, com a transparência que V.Exa. exigia na sua fala inicial, que cobrava transparência dos Deputados, de todos nós. Acho que todos que fazemos parte desta CPI devemos nos esforçar para que venhamos dar uma resposta à sociedade no que diz respeito à pirataria no Brasil. Estarei à disposição, sou uma pessoa que meu mandato é único, não tenho outros compromissos. Se V.Exa. e esta CPI precisarem de um companheiro no sábado, no domingo, me avise com um pouquinho de antecedência para eu poder avisar com antecedência também a uma baixinha mineira com a qual sou casado já há 26 anos, para que as coisas lá em casa possam ficar resolvidas. No mais, muito obrigado. Aceite a minha colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Obrigado, Deputado Oliveira Filho. Passo a palavra ao Marcos Abramo.

O SR. DEPUTADO MARCOS ABRAMO - Gostaria de parabenizá-los e colocar aqui uma questão também, como o nobre Deputado Relator. Chamar no meio artístico pessoas de suma importância, para dar mais visibilidade a esta CPI,



se fosse possível. Estarei, depois, fazendo esse encaminhamento a esta CPI, colocando alguns nomes do meio artístico, que a gente conhece e que dará suma importância ao andamento desta CPI. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Passo a palavra, então, para o Relator.

O SR. DEPUTADO LEONARDO PICCIANI - Srs. Deputados, Sr. Presidente, queria primeiro dizer que, na minha primeira exposição, me ative apenas à parte técnica do relatório. Queria dizer, como Deputado, como membro desta CPI, que espero que possamos dar uma grande contribuição ao Brasil, possamos dar uma grande contribuição à geração de empregos formais, possamos fazer com que este País não tenha nada do que se envergonhar e que as empresas legalmente constituídas, que paguem seus impostos, que invistam nas suas marcas, os artistas, que por meio do seu talento conseguem sua sobrevivência, possam ter garantido o mercado que conquistaram com seu suor. Esse vai ser nosso trabalho. Agora, gostaria de responder às sugestões dos Srs. Deputados e dizer, no caso do Deputado Leréia, que sugere a convocação do Senador Demostenes Torres, do PFL de Goiás, que esta CPI vê a participação do Senador com extrema simpatia, com extrema boa vontade e deseja que o Senador, que foi Secretário de Segurança e Promotor de Justiça, possa vir aqui dar sua contribuição. Respondendo à Deputada Vanessa Grazziotin. Sr. Presidente, noto que os requerimentos da nobre Deputada de forma nenhuma se colocam contrários ao parecer do Relator. O Relator incorpora as sugestões da nobre Deputada ao seu relatório. Queria responder a pergunta do Deputado Reginaldo Germano. Meu amigo Reginaldo Germano não está mais presente, mas eu gostaria de deixar registrada a contribuição dele pela experiência que teve em outras Comissões de Inquérito, em outras jornadas e pelo trabalho que desempenha na Comissão de Segurança Pública, pela vontade com que trata desse tema, o que será de extrema importância. Mas discordo dele no que tange a não se aprovar uma agenda mínima. O que propomos aqui não é o engessamento da CPI. Muito pelo contrário, é uma agenda mínima de trabalhos ordinários, que têm uma lógica, têm um porquê de ser. Muito bem o próprio Deputado Reginaldo colocou, quando disse que teremos que funcionar segunda, quarta, sexta, sábado, domingo, se necessidade. Se houver a necessidade e a informação surgir na primeira reunião,



tenho certeza de que o Presidente irá marcar reunião extraordinária da CPI, seja lá no horário ou no dia que for, mas irá levar a cabo a informação que esta Comissão tiver. Então, propomos aqui uma agenda mínima de trabalho, a qual achamos que contempla de forma geral o que esta CPI precisa como começo. E mais, queria dizer ao Deputado Coronel Alves, na mesma linha, que também sugeriu que fossem feitas audiências reservadas, dizer que o Relator é amplamente favorável às audiências reservadas, quando elas se fizerem necessárias. A partir do momento em que se tenha necessidade de fazer audiências reservadas, como eu disse, o Presidente não hesitará em marcá-las. No entanto, o Presidente muito bem colocou na sua fala que esta CPI precisa ter clareza, e a clareza se dará através do início, onde a gente possa trazer aqui para dentro da CPI... Mesmo que de forma aberta, naquele momento, as informações não possam ser dadas, mas teremos, efetivamente, a participação da sociedade, porque esse é um desejo da população, de participar integrada com a Câmara dos Deputados, é um desejo da Direção desta Comissão, é um desejo da Direção da Câmara dos Deputados, do Presidente João Paulo, que deseja que a população tenha interatividade com os trabalhos da Câmara dos Deputados. E nada melhor, para que a população se inteire dos nossos trabalhos, do que participar conosco, por meio de audiências públicas, ressaltando que somos amplamente favoráveis às audiências reservadas, quando necessárias, e as faremos sempre que forem necessárias, que for preciso. O Deputado Júlio Lopes sugere que seja chamada a ABIT. Concordamos e deixamos. Assim que a Secretaria da Comissão entender que deva ser convidado, que proceda ao convite ao Presidente da Associação Brasileira das Indústrias Têxteis para que venha a esta Casa. Parabenizá-lo pela preocupação e pela idéia de se entrar na questão da pirataria nos meios de comunicação. V.Exa. já se credencia para comandar esse grupo de trabalho, no momento em que criarmos os grupos de trabalho, e pela vontade de ver esta CPI com visibilidade, fazendo exposições, mostrando à população brasileira o que é a pirataria e o que ela causa de prejuízo efetivo para a população. Esse é o registro que gostaríamos de fazer. Para encerrar, o Deputado Onyx Lorenzoni sugere a realização de audiências públicas nos Estados. Acho, Sr. Presidente, que V.Exa., que terá a possibilidade de conduzir os trabalhos desta CPI, deverá promover e fomentar essas audiências. E tenho certeza de que o fará. Da



nossa parte, recebemos com muita simpatia a proposta do Deputado Onyx Lorenzoni. Deputado Marcos Abramo, parabenizo V.Exa. pela clareza com que expõe suas idéias e mostra que o objetivo desta CPI é atender ao bem comum, atender ao que anseia a sociedade brasileira, que é ver os criminosos na cadeia, que é ver o País fomentado, que é ver os empregos formais com possibilidade de existirem no País. Queria dizer a V.Exa. que sua preocupação de mobilização do meio artístico é importante, porque são prejudicados, se declaram prejudicados pela pirataria. Portanto, devem se somar a nós nesse combate. Está aqui o Dr. Paulo Rosa, que representa a indústria dos produtores de discos, e que hoje me dizia que está comprometido com a participação dos artistas da música junto com a CPI, o que nos deixa bastante contentes, porque mostra que não só a Câmara dos Deputados, mas a sociedade civil organizada está empenhada no combate à pirataria. No mais, para finalizar, queria falar, Sr. Presidente, no que disse o Coronel Alves. É evidente que quando se abre muito os objetos o trabalho é mais difícil, o trabalho é mais amplo. Mas a questão da biopirataria é necessária. Ainda que, quando se fale em biopirataria, não se possa caracterizar produtos industrializados, mas essa biopirataria dá origem a patentes de medicamentos que, ao serem roubadas, acabam sendo industrializados e registrados em outros países, em outras nações. Há estudos preliminares que apontam a biopirataria como um prejuízo de bilhões de dólares, prejuízo que nem entre nós conseguimos calcular. Então, esta CPI, tenho certeza, através do grupo de trabalho que se formará para investigar a biopirataria, através desta Relatoria, através do Sr. Presidente, colocará também no devido lugar onde devem estar os criminosos da biopirataria, que é na cadeia ou de volta aos seus países e não aqui dentro do nosso País, roubando os produtos naturais do Brasil. Sr. Presidente, eram essas as considerações que o Relator gostaria de fazer, antes parabenizando a V.Exa. e a cada um dos Srs. Deputados membros desta Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Muito obrigado, Deputado Picciani. Olha, o que eu tenho a dizer é que a sorte está lançada. Os trabalhos estão começando. Nós vamos ter, dia 17, a primeira audiência. E a primeira audiência é de um homem que, em São Paulo e no Brasil, tem extrema credibilidade, que é o Promotor Blat. Esse homem investigou a Câmara de São Paulo, a Câmara Municipal



de São Paulo, e tem um Vereador ainda preso. Coisa rara no Brasil é alguém de colarinho branco continuar preso. O Vereador continua preso. Ainda ontem, eu falei como Promotor, que e disse: “E vai continuar por muito tempo.” Esse Promotor colocou 17 dirigentes, eu não digo nem sindicais, porque eu acho que eu vou... — é muito nome para ele —, colocou 17 marginais que dirigiam o Sindicato de Condutores de Veículos de São Paulo na cadeia. É o mesmo Promotor. É um homem da maior seriedade, que é o Dr. Blat. Então, eu gostaria que a gente prestigiasse esse primeiro depoimento, que a gente fizesse uma grande mobilização, a sociedade toda, o pessoal vítima da pirataria participasse, as organizações, as ONGs que investigam pirataria, tivéssemos uma grande participação e uma grande participação dos Deputados. Eu acho que o Relator fez um brilhante encerramento. Nós estamos abertos. Eu me licenciarei da Presidência da Comissão do Trabalho só para ficar aqui e vou trabalhar na Comissão de Trabalho. A Comissão de Trabalho será a nossa sede, será o local onde nós vamos ficar. Então, muito obrigado a todos, aos funcionários, ao Sílvio...

(Intervenção inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Medeiros) - Quem mais? Pelo amor de Deus, vamos apurar a votação. *(Risos.)* Vamos, então, aqui tudo deu consenso. Vamos votar a agenda. Os Deputados que estão de acordo com a agenda proposta pelo nosso ilustre Relator permaneçam como estão. *(Pausa.)* Aprovada, por unanimidade. E vamos então apurar. Vamos fazer a apuração? *(Pausa.)* Só tinha uma candidata. E a Deputada Vanessa Grazziotin é proclamada eleita com 15 votos a seu favor e nenhum contra. Não havendo mais nada a tratar, muito obrigado pela presença de todos.